

HABEAS CORPUS Nº 548.572 - SP (2019/0356893-9)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TÂNIA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS - SP201754
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIANO RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **LUCIANO RODRIGUES DOS SANTOS** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no **Writ n. 2215284-69.2019.8.26.0000**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado, em 17/10/2018, como incurso no art. 155 § 4º, IV, c.c. o art. 29, ambos do Código Penal (fls. 29-32), sendo que a exordial acusatória foi recebida em 8/11/2018 (fls. 33-34).

Em 18/9/2019, o d. Juízo de origem, considerando que o paciente, citado por edital, não ofereceu resposta e nem constituiu defensor, declarou a sua revelia, suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional, com fulcro no art. 366 do Código de Processo Penal, bem como determinou a "*antecipação da colheita da prova oral no tocante ao corrêu*" (fls. 38-40).

Irresignada, impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, que denegou a ordem, conforme v. acórdão de fls. 41-47 assim ementado:

"Habeas corpus Furto qualificado Produção antecipada de provas Viabilidade nos termos do art. 366 do CPP - Decisão fundamentada Prova oral que corre risco de perecimento Constrangimento ilegal não evidenciado Ordem denegada."

No presente **mandamus**, alega que "*a decisão que determinou a antecipação da prova testemunhal não está amparada nas hipóteses legais do*

artigo 225 do Código de Processo Penal. Não houve demonstração da urgência, necessidade e relevância da medida postulada pelo juízo da 6ª Vara Criminal de Santos" (fl. 5).

Aduz que "a prova testemunhal, como todas as demais provas, apenas será colhida legitimamente fora do crivo da ampla defesa quando houver riscos palpáveis de que a mesma venha a perecer, inviabilizando um fim justo para o processo. A urgência não decorre da natureza, mas das circunstâncias peculiares a serem analisadas caso a caso" (fl. 7).

Afirma, ainda, que "no caso em tela, não há indícios de que as testemunhas arroladas possam vir a perecer. O decisum que determinou a produção antecipada de provas, aliás, não indicou sequer uma razão para tanto, limitando-se a tecer juízos abstratos" (fl. 9).

Requer, ao final, liminarmente, "que o d. juízo de primeiro grau se abstenha de produzir provas em desfavor do paciente Luciano, sem a citação válida, enquanto pendente julgamento do presente habeas corpus" e, no mérito, pugna pela concessão da ordem "para o fim de declarar a nulidade prova produzida antecipadamente em desfavor do paciente, bem como determinar o desentranhamento dos autos da prova já produzida" (fl. 10).

É o relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do recurso e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau, bem como ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator